

É melhor prevenir

Brasil. Criadores de ovinos Dorper, apoiados pela associação da raça, estão criando diretrizes para um melhor desenvolvimento da ovinocultura brasileira como um todo. O AgroValor mostra com exclusividade os principais pontos do documento



FOTO: ARQUIVO RISSOM

Futuro. Criadores querem critérios de julgamento e padrão racial ligados ao berço da raça, África do Sul.

por Angelo Tomasini

A nota publicada na última edição do AgroValor (Ed. No. 67, p. 05), sobre a preocupação dos criadores brasileiros de ovinos Dorper quanto ao futuro da raça no país, gerou a curiosidade de pessoas ligadas ao meio, pedindo maiores informações sobre o plano que se propõe a organizar a atividade. O AgroValor teve, com exclusividade, acesso ao material que visa um planejamento estratégico de cinco ou dez anos e foi conversar com um dos líderes do movimento, o criador baiano Luiz Teixeira.

Em uma reunião prévia, no final do último mês de agosto, com a nova diretoria da Associação Brasileira de Criadores de Dorper (ABC Dorper), produtores estabeleceram algumas sugestões de diretrizes para a raça. Se levadas adiante, podem servir também para os demais. "A gente está começando a trabalhar e o plano deve ser discutido por todos. É bom que coloque isso. Discutido com os jurados e com os criadores, para dizerem o que querem da raça, para não tomarem um caminho errado", enfatiza Teixeira.

Como embasamento para os questionamentos está a preocupação com vários elementos da cadeia. Entre eles, está a queda dos preços dos animais, tendo em vista o aumento do rebanho. Positivo para o produtor de carne, que possui mais oferta e geralmente não dispõe de muitos recursos. Em compensação, o custo de produção dos animais de elite continua

alto: registro, inspeções, veterinário etc. "É tentar minimizar os custos para tornar viável a cadeia, porque está a cada hora mais difícil", afirma Teixeira.

"O que queremos"

Erros de outras raças são mencionados para serem evitados: "Desenvolveu-se a cultura de superalimentação (três tipos de concentrados, três de feno, tubérculos, vitaminas, hormônios etc.), levando machos ovinos que pesavam, há dez anos, cerca de 100 kg em competição, ao peso máximo de 184 kg, e fêmeas de 130 kg". Segundo ele, reprodutores assim não conseguem "passar, nas condições de campo, aos produtos nascidos"; Tem o alto custo, que inviabiliza a genética para o médio e pequeno produtor, e problemas com a maternidade das fêmeas, devido ao aumento exagerado do peso. "Queremos comer borregos aos cinco meses e 35 kg ou carneiros de 160 kg?", provoca o texto.

"Tem que acordar"

Uma das intervenções solicitadas está na forma de julgamento, que se assemelha mais ao da África do Sul, onde os juízes são experientes criadores. Para manter esses padrões por aqui seria necessário "alinhar" o corpo de jurados.

"Que todos os criadores estejam unidos para dizer o que querem da raça e passar para os jurados o que eles querem que seja julgado, para não ficar na gangorra dos julgamentos", afirma Teixeira e complementa: "A gente vai procurar – e tem que

achar – ferramentas para que seja viável a aplicação dessas regras. Uma dessas ferramentas seriam os cursos. Agora mesmo, aqui na Bahia, estamos com um sul-africano ministrando curso para alinhamento de jurado novo. Eles devem tentar seguir o que preconiza a África do Sul e o que nós queremos para a raça, torná-la um pouco mais produtiva, e não tanta despesa para produzir genética, botando animais cada vez maiores, mais gordos e você gastando dinheiro para isso à toa. Assim a gente não vai conseguir um preço para cobrir os custos. Então, tem que acordar".

Ainda entre os questionamentos de julgamentos estão, por exemplo, práticas de prevenção às fraudes no que diz respeito a uso de anabolizantes e demais fraudes utilizadas para "driblar" os julgamentos.

"Onde está a Arco?"

Sobre a viabilização da atividade, o grupo pede o apoio da Associação Brasileira de Criadores de Ovinos (Arco). "A ABCZ (Associação Brasileira dos Criadores de Zebus) criou – e está com grande sucesso –, o Pró Genética, onde pequenas feiras e exposições tornam o crédito acessível e facilitado para venda de reprodutores Nelore e Gir. Por que não o carneiro? Onde está a Arco? Devemos nos mobilizar". Para Teixeira, se todas as raças se unirem na mesma direção para desenvolver animais produtivos, caminharão para a criação do DEP (Desempenho de Produção), o que acredita ser o futuro.

Agrotecnologia

João Pratagil

Doutor em Agraduação, Pesquisador da Embrapa Agroindústria Tropical



Alimentos saudáveis e agricultura orgânica

O consumo de alimentos saudáveis é uma preocupação da sociedade que vem se constituindo em instrumento do consumidor para pautar os processos de produção e processamento de alimentos pelos agricultores e processadores, respectivamente.

Os países importadores de alimentos utilizam normas rigorosas que estabelecem as exigências de boas práticas de produção e de fabricação que garantam a qualidade dos alimentos nos níveis aceitáveis pelos órgãos de controle e pelos consumidores. Entre essas exigências estão os resíduos de agrotóxicos e outros produtos químicos utilizados nas diversas etapas de produção vegetal ou animal.

Vários movimentos vêm sendo desenvolvidos no país em defesa da produção de alimentos saudáveis, destacando-se dentre eles a produção orgânica.

Os alimentos orgânicos (animal e vegetal) se diferenciam dos alimentos convencionais por não utilizarem produtos químicos (fertilizantes, inseticidas, fungicidas, herbicidas, hormônios, drogas veterinárias, antibióticos), transgênicos ou outras substâncias tóxicas e sintéticas que agri-dam o meio ambiente em qualquer fase da produção. Para ser considerado orgânico, o processo produtivo contempla o uso responsável do solo, da água, do ar e dos demais recursos natu-

rais, respeitando as relações sociais e culturais.

Conforme a legislação brasileira (Lei 10831/2003, conhecida como Lei de Agricultura Orgânica), complementada com as Instruções Normativas do Ministério da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento (Mapa), em vigor desde janeiro de 2011, o consumidor reconhece o produto orgânico através do selo brasileiro ou pela declaração de cadastro do produtor orgânico familiar. O selo SisOrg é obtido por meio de uma Certificação por Auditoria ou por um Sistema Participativo de Garantia.

Os agricultores familiares são os únicos autorizados a realizar vendas diretas ao consumidor sem certificação, desde que integrem alguma organização de controle social cadastrada nos órgãos fiscalizadores. Assim são estimulados a comercializar diretamente os seus produtos para os consumidores, favorecendo o estabelecimento de uma relação de confiança.

Todo produto orgânico vendido em lojas e mercados, independente da categoria de produtor, tem que apresentar o selo em seu rótulo.

O controle de qualidade, por auditoria, é feito por empresas certificadoras que auditam todo o sistema de produção, procurando evidências concretas da aplicação da Lei da Agricultura Orgânica e normas complementares.

